



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROJETO BÁSICO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PROAD: 8807/2021

1 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento

Unidade Demandante: SERGE

Unidade Gestora de Orçamento: NULAD

Item Identificador da Demanda no PAAC: Itens nº 8184, 8185, 8186, 8187, 8188, 8189, 8190, 8192, 8194, 8195, 8238 e 8239. do PAAC Continuados SERGE 2022

2 - Objeto

Contratação, por meio de nova licitação, de serviços terceirizados, cujo objeto é o fornecimento de água mineral, acondicionada em bombonas plásticas retornáveis de 20 (vinte) litros, com lacre e rótulo intactos e com validade mínima de 60 (sessenta) dias a partir da data de entrega, apropriada para consumo diário por autoridades, servidores, pessoal contratado e visitantes do TRT 12ª Região em várias Unidades deste Tribunal.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3 - Justificativa

A contratação pretendida substituirá os seguintes contratos: CD-12154/2020 e PRE- 2212/2021, vigentes até 31/12/2021, assegurando, dessa forma, a continuidade do fornecimento de água mineral no ano de 2022

4 - Requisitos da Contratação

A execução do contrato dar-se-á nos seguintes termos:

4.1. Das especificações do produto

Os produtos fornecidos deverão atender às seguintes especificações: água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável de 20 (vinte) litros, rotulado e com lacre de segurança na tampa e invólucro de proteção, de acordo com os critérios de potabilidade definidos pelo DNPM e Ministério da Agricultura. No fundo do vasilhame deverá conter a informação da sua data de validade, conforme Portaria DNPM nº 387/2008 e suas alterações.

4.2. Da comunicação com a contratada

O Contratante efetuará os pedidos de fornecimento de água mineral via telefone ou correio eletrônico.

4.3. Do prazo de entrega



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

O prazo de entrega será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, a contar da solicitação pelo fiscal, responsável pela Unidade Judiciária ou Administrativa; podendo convencionar mais de 1(um) dia por semana para a solicitação do fornecimento, se houver interesse de ambas as partes.

4.4. Do prazo de validade dos produtos

O prazo de validade dos produtos deverá ser de, pelo menos, 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega.

4.5. Do local de entrega

A entrega deverá ser realizada nos locais indicados abaixo, em horário comercial, considerando-se como tal o período compreendido entre 8h e 12h e entre 13h e 17h, de segunda a sexta-feira, ou outro horário acordado, caso seja solicitado pelo órgão demandante.

| Lote | Unidade | Endereço | | | | CEP |
|------|---|---|-------------|---------|--------------------|------------|
| 1 | Vara do Trabalho de Araranguá | Av. Presidente João Goulart, 273 (Térreo) | | | | 88.901-024 |
| | | Bairro: | Cidade Alta | Cidade: | Araranguá | |
| 2 | Fórum Trabalhista de Balneário Camboriú | 4ª Avenida, 740 | | | | 88.330-110 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Balneário Camboriú | |
| 3 | Segegem, 3ª e 4ª Vara do Trabalho | Rua 15 de Novembro, 1305 - 7º andar (anexo Banco do Brasil) | | | | 89.010-915 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | | | | | |
|----|----------------------------------|--|-----------|---------|---------------------|------------|
| | de Blumenau | Bairro: | Centro | Cidade: | Blumenau | |
| 4 | Fórum Trabalhista de Chapecó | Rua Rui Barbosa, 239-E, esquina com a Rua PIO XII, s/n | | | | 89.801-040 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Chapecó | |
| 5 | Fórum Trabalhista de Criciúma | Av. Getúlio Vargas, 361 | | | | 88.801-500 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Criciúma | |
| 6 | Vara do Trabalho de Imbituba | Rua Ayrton Senna, 717 | | | | 88.780-000 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Imbituba | |
| 7 | Fórum Trabalhista de Itajaí | Rua José Siqueira, 126 | | | | 88.307-310 |
| | | Bairro: | Dom Bosco | Cidade: | Itajaí | |
| 8 | Fórum Trabalhista de Joinville | Rua do Príncipe, nº 31, 4º andar | | | | 89.201-900 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Joinville | |
| 9 | Vara do Trabalho São M. do Oeste | Rua 21 de abril, 1830 | | | | 89.900-000 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | São Miguel do Oeste | |
| 10 | Fórum Trabalhista de Tubarão | Av. Expedicionário José Pedro Coelho, 1.025 | | | | 88.704-901 |
| | | Bairro: | Humaitá | Cidade: | Tubarão | |
| 11 | Vara do Trabalho Xanxerê | Rua Maranhão, 241 | | | | 89.820-000 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Xanxerê | |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | | | | | |
|----|------------------------------------|---------------------------------------|----------------|---------|---------------|------------|
| 12 | Prédio Sede e Anexos | Rua Esteves Júnior, nº 395 | | | | 88.015-905 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Florianópolis | |
| | Fórum Trabalhista de Florianópolis | Rua Almirante Lamego, nº 28 (garagem) | | | | 88.015-700 |
| | | Bairro: | Centro | Cidade: | Florianópolis | |
| | ALMOX / SEMAP e SEGED | Rua Santos Saraiva, 1309 (fundos) | | | | 88.070-101 |
| | | Bairro: | Estreito | Cidade: | Florianópolis | |
| | Fórum Trabalhista de São José | Av. Acioni Souza Filho, 657 | | | | 88.103-790 |
| | | Bairro: | Praia Comprida | Cidade: | São José | |
| | Vara do Trabalho de Palhoça | Av. Atílio Pedro Pagani, 855 | | | | 88.132-149 |

4.5.1. Havendo alteração de endereço dos locais listados no item “4.5”, a Contratada permanecerá obrigada ao fornecimento dos produtos dentro da vigência do contrato, desde que a alteração do endereço se opere dentro do mesmo município.

4.6. Estimativas das quantidades

| LOTES | CIDADES | CONSUMO 2019 sem a pandemia do novo coronavírus | CONSUMO 2020 com a pandemia do novo coronavírus | CONSUMO 2021 com a pandemia do novo coronavírus | ESTIMATIVA DE CONSUMO 2022 {2019 + (2020+2021) /2} |
|-------|---------|---|---|---|--|
|-------|---------|---|---|---|--|



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| 1 | ARARANGUÁ | 37 | 8 | 12 | 29 |
|----|---------------------|-----|----|----|-----|
| 2 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 116 | 12 | 24 | 76 |
| 3 | BLUMENAU | 115 | 14 | 24 | 77 |
| 4 | CHAPECÓ | 173 | 47 | 51 | 136 |
| 5 | CRICIÚMA | 242 | 24 | 42 | 154 |
| 6 | IMBITUBA | 61 | 7 | 12 | 40 |
| 7 | ITAJAÍ | 242 | 38 | 42 | 161 |
| 8 | JOINVILLE | 72 | 24 | 28 | 62 |
| 9 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 110 | 8 | 12 | 65 |
| 10 | TUBARÃO | 114 | 23 | 20 | 80 |
| 11 | XANXERÊ | 62 | 12 | 12 | 43 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | | | | |
|---|---|-------|-------|-------|-------|
| 12 | GRANDE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis, São José e Palhoça) | 4.164 | 1.162 | 1.027 | 3.176 |
| Estimativa de consumo 2022 (Todas as Unidades) => | | | | | 4.099 |

5 - Sustentabilidade

A Contratada deverá atender os seguintes requisitos quanto a sustentabilidade:

- 5.1. normas do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral);
- 5.2. RDC 274 da Anvisa;
- 5.3. RDC 275 da Anvisa;
- 5.4. Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde;
- 5.5. Portaria nº 36/90, do Ministério da Saúde;
- 5.6. Resolução nº 25/76 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (CNNPA).
- 5.7. Portaria nº 36/90, do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial da União D.O.U. em 23/01/90, estabelece o padrão de potabilidade para a água destinada ao consumo humano.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

5.8. Resolução nº 25/76 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (CNNPA), publicada no D.O.U. em 20/01/77, estabelece padrões de identidade e qualidade das águas minerais e da água natural de fonte.

6 – Nível Mínimo de Serviço

Não se aplica

7 – Obrigações da contratada

A Contratada se obriga a:

§ 1º - Das obrigações gerais:

A Contratada se obriga a:

- a)** observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências constantes do edital;
- b)** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- c)** manter a regularidade fiscal e trabalhista durante todo o período contratual, sob pena de rescisão contratual e de execução da retenção sobre os créditos da empresa e/ou da eventual garantia, a título de multa, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades previstas em lei;
- d)** se for Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual;
- e)** informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;
- f)** responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, (caput do art. 71 da Lei nº 8.666/93);
- g)** manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato e em legislação específica, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante;
- h)** prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
- i)** fornecer crachás para seus empregados, contendo seu nome e o da Contratada, sendo obrigatório seu uso nas dependências do Contratante;
- j)** substituir imediatamente qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- k)** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- l)** arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto do Contratante;
- m)** protocolizar, se necessário, as petições no Serviço de Cadastramento e Protocolo – SECAP do Contratante;
- n)** atentar para as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços nos termos do art. 6º do Capítulo III da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- o)** fornecer o número de telefone e o e-mail da empresa para a realização dos pedidos;
- p)** Os produtos entregues devem atender às normas do LAMIN/CPRM/DNPM., RDCs 274 e 275 da Anvisa, assim como a Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde;
- q)** Entregar o produto com lacre e rótulo intactos;
- r)** Substituir os produtos entregues em desacordo com o item “4.3” deste projeto básico **(do prazo de validade dos produtos)** em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação;
- s)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 2º – Das obrigações da Contratada em face da LGPD:

- a)** para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;
- b)** dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- c)** não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- d)** não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- e)** assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;
- f)** assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- g)** responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;
- h)** cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;
- i)** nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

8 – Obrigações do contratante

O CONTRATANTE se obriga a:

- a)** acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, através dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada;
- b)** proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;
- c)** efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

9 - Forma da contratação

Esta contratação será realizada através de licitação, na modalidade pregão eletrônico, na forma da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis a este objeto.

O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir 01/01/2022.

10 – Critérios de seleção do fornecedor

10.1. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com 25% do quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do(s) item(ns) e quantidade;

10.1.1. Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido;

10.1.2. Para comprovação do requisito previsto na alínea “10.1”, o proponente poderá juntar à sua habilitação documento hábil a comprovar as informações, como contrato de fornecimento a que se refere o atestado, notas fiscais ou outros documentos que eventualmente possam demonstrar com precisão maiores especificações das informações.

10.2. Apresentar Alvará Sanitário Municipal ou Estadual do domicílio da proponente, dentro do prazo de validade

11 – Gestão e Fiscalização



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

As atividades de gestão e fiscalização, em conformidade com as disposições contidas no inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93; nos art. 2º e 3º da Portaria PRESI nº 163/2020; e no art. 2º, inciso XII, alíneas “a”, “b” e “c” da Resolução CNJ 182/13, serão executadas pela equipe abaixo designada:

Gestor do Contrato: é o responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização, pela comunicação com a contratada e pelos atos preparatórios à instrução processual para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, rescisão dos contratos, dentre outros;

Fiscal do Contrato: é o responsável pelo acompanhamento da execução contratual, podendo ser demandante, técnico, administrativo ou setorial:

- a) Fiscal Demandante:** é o responsável pelo acompanhamento da execução do contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto;
- b) Fiscal Técnico:** é o responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir o cumprimento de níveis mínimos de serviço;
- c) Fiscal Administrativo:** é o responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos quanto às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- d) Fiscal Setorial:** é o responsável pelo acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou funcionais na respectiva unidade, quando os serviços forem prestados em diversos endereços.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Gestor

Nome: Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi

Matrícula: 2488

Lotação: SERGE

Cargo: Analista Judiciário

Ramal: 4051

E-mail: maria.travi@trt12.jus.br

Substituto do Gestor

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

Matrícula: 2804

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

Ramal: 4014

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Fiscal Demandante

Nome: Gustavo Bianchini

Matrícula: 5018

Lotação: SECAD



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Cargo: Técnico Judiciário

Nome da Função: Assistente Administrativo

E-mail: gustavo.bianchini@trt12.jus.br

Ramal: 4404

Substituto do Fiscal Demandante

Nome: Daniel Caprioli Pereira

Matrícula: 1208

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

Nome da Função: Assistente Chefe de Setor

E-mail: daniel.pereira@trt12.jus.br

Ramal: 4275

Fiscal Técnico

Nome: Daniel Caprioli Pereira

Matrícula: 1208

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

Nome da Função: Assistente Chefe de Setor

E-mail: daniel.pereira@trt12.jus.br



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Ramal: 4275

Fiscal Técnico Substituto

Nome: Gustavo Bianchini

Matrícula: 5018

Lotação: SECAD

Cargo: Técnico Judiciário

Nome da Função: Assistente Administrativo

E-mail: gustavo.bianchini@trt12.jus.br

Ramal: 4404

Fiscal Administrativo

Nome: Ângela Terezinha Teixeira

Matrícula: 3806

Lotação: SEOF/NULAD

E-mail: angela.teixeira@trt12.jus.br

Ramal: 4257

Fiscal Administrativo Substituto

Nome: Adriano Luis Baumer

Matrícula: 3268



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Lotação: SEOF/NULAD

E-mail: adriano.baumer@trt12.jus.br

Ramal: 4257

FISCAIS SETORIAIS:

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------|-------------------------------|------------------|
| Prédio Sede e Anexos | | |
| FISCAL TITULAR | Rosângela Dias Martins | 942 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Daiane Virgínia Alves Rosolen | 4161 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------------------|----------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Florianópolis | | |
| FISCAL TITULAR | Eliane de Oliveira | 1385 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Luiz Severino Duarte | 2740 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------|-----------------------------|------------------|
| Almox / Semap / Seged | | |
| FISCAL TITULAR | Edilson Zilto Forte (SEMAP) | 2619 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|---------------------|---|------|
| FISCAIS SUBSTITUTOS | Alexandre Edmundo Eltermann Ribeiro (SEGED) | 3039 |
| | João Luiz de Freitas Coutinho (SEMAP) | 591 |
| | André Lopes de Moraes (SEGED) | 5006 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de São José | | |
| FISCAL TITULAR | Amauri Ramos da Silva | 628 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Carla Maria Schreiner | 2913 |



DOCUME
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-----------------------------|-------------------------------------|------------------|
| Vara do Trabalho de Palhoça | | |
| FISCAL TITULAR | Barbara Helena de Oliveira | 3390 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Cassiano Wotroba | 4473 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Juliana Adelina Fortunato Fernandes | 2468 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-------------------------------|-------------|------------------|
| Vara do Trabalho de Araranguá | | |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|-------------------|-----------------------------|------|
| FISCAL TITULAR | Ibis de Moura Cassal | 1859 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Mariana Louise Garcia Lemos | 4374 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|---|-------------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Balneário Camboriú | | |
| FISCAL TITULAR | Alexandre Mussi Brandão | 575 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Maria Claudia Mandelli | 2413 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|---|----------------------------|------------------|
| Segecem, 3ª e 4ª Vara do Trabalho de Blumenau | | |
| FISCAL TITULAR | Klaus Rodrigo Nunes Rudolf | 2050 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Sérgio Luiz Ribeiro | 3063 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------------|--------------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Chapecó | | |
| FISCAL TITULAR | Fábio Rodrigues da Silva | 4116 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|-------------------|---------------------------|------|
| FISCAL SUBSTITUTO | Fernando Teixeira Paletta | 4867 |
|-------------------|---------------------------|------|

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-------------------------------|-----------------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Criciúma | | |
| FISCAL TITULAR | Rita Beatriz Sonogo Zanette | 2095 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Carolina de Souza da Silva | 4075 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------------|-------------|------------------|
| Vara do Trabalho de Imbituba | | |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|-------------------|------------------------|------|
| FISCAL TITULAR | Rafael Sandin Knabben | 2994 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Muriel da Silva Mendes | 4373 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-----------------------------|-----------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Itajaí | | |
| FISCAL TITULAR | Roberto Jasper Neto | 2628 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Adriana Sampaio Russi | 2470 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|--------------------------------|------------------------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Joinville | | |
| FISCAL TITULAR | Marco Antônio Marczak | 2138 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Marcelo Henrique Petrone Rodrigues | 4786 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|---|-----------------|------------------|
| Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste | | |
| FISCAL TITULAR | Ronaldo Tortora | 3690 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|-------------------|------------------------------------|------|
| FISCAL SUBSTITUTO | Andréa Cristina Kertischka Werlang | 2352 |
|-------------------|------------------------------------|------|

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Fórum Trabalhista de Tubarão | | |
| FISCAL TITULAR | Mariana Roetger Madeira Libardi | 3008 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Flávia Laiz Hulse | 3974 |

| FISCAL SETORIAL | NOME | MATRÍCULA |
|-----------------------------|-------------|------------------|
| Vara do Trabalho de Xanxerê | | |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | |
|-------------------|--------------------------------|------|
| FISCAL TITULAR | Dione Jose Bonet | 4376 |
| FISCAL SUBSTITUTO | Karla Tenório Correia da Silva | 4276 |

12 – Recebimento do objeto

O Recebimento provisório e definitivo do objeto contratual serão realizados pelos Fiscais e Gestor do contrato, respectivamente, conforme art. 9º da Portaria PRESI 163/2020.

Os Termos de Recebimento, em conjunto com os formulários do instrumento de medição de resultados (**item nº 6**) devidamente preenchidos, servirão como base para o pagamento das notas fiscais, referente aos serviços prestados e a aplicação de penalidades, caso ocorra descumprimento de alguma obrigação contratual.

13 – Condições de pagamento

A liquidação e o pagamento serão assim efetuados:



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- a) a Contratada deverá apresentar, **após a execução/fornecimento dos serviços**, o documento de cobrança corretamente preenchido, ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;
- b) a Fiscalização deverá proceder a certificação de que trata o art. 3º, § 5º da Portaria PRESI nº 243/10;
- c) o prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da fatura e da respectiva certificação de prestação dos serviços de que trata a alínea “b”;
- d) para todos os fins, considera-se como data de pagamento, o dia da emissão da ordem bancária;
- e) os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso do Governo Federal, em moeda corrente nacional, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes;
- f) havendo erro na (s) nota (s) fiscal (is)/fatura (s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade à Contratada, ficando pendente de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

g) a Contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial.

g.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da Contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

h) a Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou de sua sede;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou de sua sede;

i) o descumprimento reiterado da obrigação da apresentação das certidões elencadas na alínea anterior e a manutenção em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderão dar ensejo à rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993;

j) o Contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado, limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;

k) o Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato;

l) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº. 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

m) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

14 – Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

§ 1º – Das penalidades específicas:

I – Advertência, caso a Contratada ou seus empregados:

- a) não portarem, quando estiverem nas dependências do Contratante, identificação por crachá contendo nome e empresa;
- b) deixe de entregar o produto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação;
- c) não substitua os produtos recusados pelo fiscal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação.

II – Multa:

- a) de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal respectiva, quando verificada, dentro do mesmo mês, mais de 3 (três) situações previstas no item I;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do produto em desconformidade, quando verificado o fornecimento de produtos inadequados para o consumo, seja em razão de contaminação, presença de suspensão ou por apresentar alteração de sabor;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota fiscal, quando verificada reincidência da aplicação das penalidades previstas nas alíneas anteriores por dois meses consecutivos ou quatro alternados;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 2º – Aos casos não previstos no § 1º, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência, nos termos do inc. I do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que será aplicada em caso de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao Contratante ou a terceiros.

II – multa:

a) multa moratória, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93: decorrente de atraso injustificado no cumprimento dos prazos estipulados, arbitrada em 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia sobre o valor do(s) item(s) em mora, limitada a 10%;

b) multa compensatória, nos termos do inc. II do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

b.1) por inexecução total: arbitrada em 10% (dez por cento) **do valor estimado do contrato** e aplicada na ocorrência das hipóteses enumeradas nos inc. I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 das quais resulte inexecução do contrato com prejuízo para a Administração;

b.2) por inexecução parcial: arbitrada em 10% (dez por cento) **do valor total da nota fiscal**, e aplicada na ocorrência das hipóteses enumeradas nos inc. I a XI e XVIII art. 78 da Lei nº 8.666/93 das quais resulte execução parcial do contrato com prejuízo para a Administração;



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

c) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia sobre o **valor estimado do contrato**, limitada a 10%, pelo descumprimento das demais obrigações e condições determinadas no presente contrato não especificadas nas alíneas “a” e “b”, não eximindo a Contratada de outras sanções cabíveis;

d) multa de 1% (um por cento) sobre o **valor da nota fiscal**, a ser aplicada a cada ocorrência de violação da obrigação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a execução do contrato.

III – impedimento de licitar ou contratar com a União, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, que será aplicada nas seguintes hipóteses: não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, exceto do inc. IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, será imputada nas hipóteses previstas no inciso anterior, desde que a razoabilidade e proporcionalidade assim a recomendem.

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente ao do inc. II, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 3º - a aferição de descumprimentos será realizada mensalmente e avaliará as entregas realizadas no período.

§ 4º - A multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula e na Lei nº 8.666/93.

15 – Informações complementares

Havendo necessidade de esclarecimentos de caráter técnico , referentes ao objeto, contatar o servidor Alessandro Gonçalves Vieres, pelo e-mail institucional serge@trt12.jus.br, ou pelo telefone (48) 3216-4014, no horário compreendido entre 12h e 18h.

16 – Estimativa de custos

Para estimar o custo desta contratação, foi realizada pesquisa de preços com base em levantamento de mercado, mediante solicitação de orçamentos às empresas do ramo do objeto licitado, bem como, os preços praticados na contratação anterior deste Regional, com o mesmo objeto, conforme explanado nas estimativas preliminares dos preços.

| LOTES | CIDADES | ESTIMATIVA DE CONSUMO | ESTIMATIVA DE PREÇO UNITÁRIO | ESTIMATIVA DE CUSTOS |
|-------|---------|-----------------------|------------------------------|----------------------|
| | | | | |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | | | |
|-----------|----------------------------|-----|-----------|---------------------|
| 1 | ARARANGUÁ | 29 | R\$ 14,28 | R\$ 414,12 |
| 2 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 76 | R\$ 12,51 | R\$ 950,76 |
| 3 | BLUMENAU | 77 | R\$ 12,81 | R\$ 986,37 |
| 4 | CHAPECÓ | 136 | R\$ 13,86 | R\$ 1.844,96 |
| 5 | CRICIÚMA | 154 | R\$ 8,75 | R\$ 1.347,50 |
| 6 | IMBITUBA | 40 | R\$ 14,40 | R\$ 576,00 |
| 7 | ITAJAÍ | 161 | R\$ 11,35 | R\$ 1.827,35 |
| 8 | JOINVILLE | 62 | R\$ 12,39 | R\$ 768,18 |
| 9 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 65 | R\$ 12,43 | R\$ 807,95 |
| 10 | TUBARÃO | 80 | R\$ 7,95 | R\$ 636,00 |
| 11 | XANXERÊ | 43 | R\$ 14,95 | R\$ 642,85 |



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

| | | | | |
|--------------------------------|---|-------|----------|---------------|
| 12 | GRANDE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis, São José e Palhoça) | 3.176 | R\$ 6,97 | R\$ 22.136,72 |
| Estimativa anual de consumo => | | | | R\$ 32.978,76 |

Valor anual estimado:

- R\$ 32.978,76 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos).

17 – Recursos orçamentários

Há disponibilidade de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação e a demanda está prevista no orçamento da Unidade Gestora.

Os recursos destinados à aquisição estão previstos no orçamento gerenciado pelo SERGE – Serviços Gerais, para o exercício de 2022.

Origem do Recurso: itens nº 8184, 8185, 8186, 8187, 8188, 8189, 8190, 8192, 8194, 8195, 8238 e 8239 do PAAC Continuados SERGE 2022



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Classificação Orçamentária

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0042 - 0000 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Natureza da Despesa: 3390.30 - Material de Consumo

18 – Responsável(is) pela elaboração do projeto básico

Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

Matrícula: 2804

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Ramal: 4014

Substituto do Integrante Demandante

Nome: Daiane Virgínia Alves Rosolen

Matrícula: 4161



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: daiane.rosolen@trt12.jus.br

Ramal: 4053

Integrante Técnico

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

Matrícula: 2804

Lotação: SERGE

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Ramal: 4014

Substituto do Integrante Técnico

Nome: Maria Lúcia C F Travi

Matrícula: 2488

Lotação: SERGE

Cargo: Analista Judiciário

E-mail: maria.travi@trt12.jus.br

Ramal: 4051



DOCUME

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Integrante Administrativo

Nome: Sérgio Moritz

Matrícula: 800

Lotação: SELCO

Cargo: Analista Judiciário

E-mail: sergio.moritz@trt12.jus.br

Ramal: 4322

Substituto do Integrante Administrativo

Nome: Arildo Disaró Filho

Matrícula: 1198

Lotação: SELCO

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: arildo.filho@trt12.jus.br

Ramal: 4136

Data: 14/09/2021